

Sebastião de S. Pedro foi um eclesiástico e eremita de S. Agostinho, nascido em Condeixa a Nova, nas cercanias de Coimbra, por volta de 1565¹. Os seus pais chamavam-se Estêvão Álvares e Mónica Luísa².

A sua profissão de fé na ordem de S. Agostinho ocorreu a 2 de julho de 1582, no convento da ordem em Lisboa³. No ano seguinte, terá partido para a Índia.

Terá recebido ordens de missa em 1590, embora não se saiba ao certo onde⁴. Sabe-se, contudo, que em 1597 se deslocou a Madrid, na qualidade de procurador da sua ordem⁵, porventura já depois de ter andado pela Pérsia, em missão de que foi incumbido pelo seu correlegionário e arcebispo de Goa D. fr. Aleixo de Meneses, de quem terá sido protegido⁶.

Estava, portanto, no reino, apesar de já ter tido experiência de vida na Ásia, quando, a 1 de junho de 1605, sendo leitor no colégio dos eremitas de S. Agostinho em Lisboa, fez profissão de fé e juramento como bispo de Meliapor, vendo a sua nomeação para a prelatura desta cidade surgir dois meses depois, a 31 de julho⁷. Acabou por ser preconizado a 9 de janeiro de 1606⁸.

Após a sua nomeação, Sebastião de S. Pedro escreveu ao rei, D. Filipe II, pedindo-lhe ajuda financeira para pontificais e ornamentos da Sé, tendo alcançado uma doação de 2.000 pardaos para prato, turíbulos, castiçais, cálice, e outras alfaias e ornamentos⁹. Por outro lado, em virtude da geografia da sua diocese, extensa e com uma costa recortada por várias ilhas, o bispo foi agraciado com um acrescentamento de 500

¹ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 4, fol. 460 e Biblioteca Nacional de Portugal, *Catálogo dos bispos de Goa*, Códice 49, fl. 171. Sobre a sua condição de agostiniano, ver Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), Henrique Bravo de Morais, “Noticia de como e quando...”, in *Memorias e documentos...*, códice 489, fl. 125v. A idade infere-se de um registo consistorial guardado em Roma, no qual uma testemunha afirma que ele teria cerca de quarenta anos em 1605, ver Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 4, fol. 460.

² Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), Códice 49, *Catálogo dos bispos de Goa*, fl. 171.

³ Casimiro Nazareth, *Mitras Lusitanas do Oriente*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1887, p. 85.

⁴ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 4, fol. 460.

⁵ Casimiro Nazareth, *Mitras Lusitanas...*cit., p. 85.

⁶ Casimiro Nazareth, *Mitras Lusitanas...*cit., p. 85.

⁷ Sobre o juramento e profissão de fé ver Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 4, fl. 471. A referência ao facto de ser leitor do colégio agostiniano encontra-se em Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 4, fol. 454.

⁸ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Acta Camerarii, vol. 14, fl. 28.

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. Filipe II. Doações, Ofícios e Mercês, livro 16, fl. 117v.

cruzados no seu ordenado, com a condição de visitar toda a diocese num espaço de tempo máximo de quatro anos¹⁰. E deve ter partido para a diocese ainda em 1606¹¹.

O bispado de Meliapor era de criação recente. Assim, em março de 1606, o monarca autorizou a criação de um provisor de justiça eclesiástica, com 90.000 réis de ordenado, e três capelães, que deveriam auferir 40.000 réis cada um¹². Esta ordem vinha acompanhada de um alvará de 600.000 réis de mercê e um dote de 500 cruzados anuais¹³.

Estava o bispo já na Índia quando, em outubro de 1614, o seu procurador fr. João de Valadares fez em seu nome o juramento e profissão de fé como bispo de Cochim¹⁴. A preonização ocorreu a 16 de fevereiro de 1615¹⁵.

A 17 de março de 1618, o monarca concedeu-lhe alvará para que pudesse usufruir de todas as prerrogativas concedidas aos seus antecessores e para que fossem passadas cartas de apresentação pelo vice-rei ou governador do Estado da Índia a todos os indivíduos que o bispo nomeasse, desde que não fossem cristãos-novos, nem tivessem fama disso¹⁶.

D. Fr. Sebastião de S. Pedro foi autor de dois textos manuscritos. Um, hoje guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, intitula-se *Sobre os estrangeiros e barcos que passam de Ormuz à Índia*¹⁷. O segundo, de teor polémico e anti-jesuítico, tem por título *Recopilação das causas porque o imperador do Japão desterrou dos seus reinos todos os padres*¹⁸. A sua animadversão face aos padres da Companhia colocou-o em conflito com os missionários inacianos da sua diocese, levando o monarca a admoestar o bispo e a obrigá-lo a devolver aos jesuítas as igrejas que lhe pertenciam. Ordenou o monarca ao prelado “que se aquiete e não queira levantar novidades contra o dito meu padroado e estilo em que sempre correram aquelas Igrejas”¹⁹.

¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. Filipe II. Doações, Ofícios e Mercês, livro 16, fl. 124.

¹¹ Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), *Catálogo dos bispos de Goa*, Códice 49, fl. 169v

¹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. Filipe II. Doações, Ofícios e Mercês, livro 16, fl. 123v.

¹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. Filipe II. Doações, Ofícios e Mercês, livro 11, fls. 145 e 145v.

¹⁴ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 2, fol. 650-651.

¹⁵ A bula de nomeação encontra-se em Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Bulas, maço 37, nº 68.

¹⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, livro 14, fls. 99, 183 e 187.

¹⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Miscelâneas manuscritas do Convento da Graça, tomo 6F, p. 111.

¹⁸ Existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), uma resposta do provincial dos jesuítas do Japão à obra do bispo, ver Manuscritos da Livraria, nº 1956A.

¹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 14, fl. 80v.

Em 1623 foi nomeado governador do bispado de Goa, por morte do arcebispo titular e chegaria mesmo a ser preconizado arcebispo goense, a 7 de outubro de 1624, dia em que também foi dispensado do vínculo de Cochim²⁰. Fortunato de Almeida, contudo, coloca a sua nomeação no ano de 1625, data que, comprovadamente, não tem base de sustentação²¹. Logo no ano da sua nomeação, ainda antes da confirmação no cargo, o monarca ordenou que fossem passadas cartas de apresentação a todos os clérigos que o novo prelado nomeasse²².

Durante a sua prelatura goense, Sebastião de S. Pedro viu o rei D. Filipe III conceder-lhe um alvará de ordenado de 10.000 cruzados, em 1626, e outro, de 1628, autorizando-o a nomear o importante cargo de recebedor das rendas de Bardez, rentável território da região de Goa, por onde eram pagas os salário do arcebispo²³.

A data do seu passamento não é absolutamente certa. De acordo com um *Catálogo dos bispos de Goa* terá falecido a 7 de novembro de 1629, data sustentada, igualmente, por Fortunato de Almeida²⁴. Henrique Bravo de Moraes, por seu turno, data-o de 9 de setembro do mesmo ano, acrescentando que o seu falecimento se deu em Goa, e referindo que o prelado se encontra sepultado na Sé desta cidade²⁵.

António Vitor Ribeiro

²⁰ Sobre a sua nomeação para governador do bispado de Goa, ver Casimiro Nazareth, *Mitras Lusitanas...cit.*, p. 85. Para a sua preconização, ver Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Acta Camerarii, vol. 15, fl. 226.

²¹ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização, 1968 (1ª edição entre 1910-1928), vol II, p. 701.

²² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, Livro 12, fl. 383.

²³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria de D. Filipe III, Doações, Ofícios e Mercês, Livro 17, fl. 251 e Livro 30, fl. 300.

²⁴ Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), *Catálogo dos bispos de Goa*, Códice 49, fl. 169v e Fortunato de Almeida, *História da Igreja...cit.*, vol. 2, p. 701.

²⁵ Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), Henrique Bravo de Moraes, “Notícia de como e quando...”, in *Memorias e documentos*, Códice 489, fl. 126v.